

Busca

PROCESSO

DOCUMENTO

CONSULTAS

JURISPRUDÊNCIA

Nº DO PROCESSO

OK

[PESQUISA AVANÇADA \(/PROCESSO/\)](#)

SERVIÇOS

POR ASSUNTO

Encontre o que você precisa navegando nos serviços disponibilizados para você

63

VER TODOS OS SERVIÇOS

TRANSPARÊNCIA

O portal do TCE disponibiliza um grande volume de informações sobre os processos e possui portais especiais com informações para o cidadão.

ACESSAR

Informativo de Jurisprudência





(/IMG/Inf

O Informativo de Jurisprudência do TCEMG com oficial de jurisprudência. Contém, ainda, seleçã

Tribunal Pleno

[Possibilidade de realização do pagamento da dívida da União, do Banco Econômica Federal e do Banco do Brasil em parcelas, com a identificação "folha de pagamento"](#)

[Possibilidade de participação, em comissão, de servidores públicos em cargos de confiança, desde que os requisitos especificados em cada diploma de lei](#)

[Os limites quantitativos de alteração contratual em empresas de capital público-privadas, quer na modalidade paridade de quotas, quer na modalidade de quotas diferenciadas](#)

[Impossibilidade de utilização dos recursos financeiros da União para a manutenção da pandemia e da consequente suspensão da execução orçamentária](#)

Primeira Câmara

[Auditoria operacional referente à política de licitação e das recomendações expedidas por esta Corte](#)

Segunda Câmara

[É irregular a exigência, em processo licitatório, de apresentação de proposta de preço](#)

Clipping DOC

[Destaque](#)

[Ementas por área temática](#)

Jurisprudência selecionada

[Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#)[Superior Tribunal de Justiça \(STJ\)](#)[Tribunal de Justiça de Minas Gerais \(TJMG\)](#)[Tribunal de Contas da União \(TCU\)](#)

## Outros Tribunais

[JurisTCs – A jurisprudência nos tribunais de Contas](#)

## Tribunal Pleno

### **Possibilidade de realização do pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica com recursos do Fundeb em instituições financeiras o Federal e do Banco do Brasil, desde que a transferência se realize para a conta de titularidade do mesmo ente público, no valor e dia exatos do depósito da "folha de pagamento"**

Trata-se de consulta formulada por chefe do Poder Executivo municipal, por meio da qual indagou sobre a possibilidade de realização do pagamento da folha de vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em instituições financeiras o Banco do Brasil.

Em preliminar, a consulta foi admitida, por unanimidade. No mérito, o relator, conselheiro Cláudio Couto Terrão, destacou, inicialmente, a Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art20) e a Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm), que definem as regras relativas à transferência e à gestão dos recursos do Fundeb em conta específica, a ser mantida na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, sendo “vedada a transferência para outra utilização dos valores, bem como da otimização da rastreabilidade do caminho dos recursos, para aferição do cumprimento de suas finalidades. Em desdobramento, o Decreto Federal n. 10.656/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/decreto/D10656.htm#art16) e o Decreto Federal n. 10.656/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/decreto/D10656.htm), que reforçam as disposições relativas à vedação de transferências para outras instituições financeiras.

Outrossim, asseverou que a Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm) veio para normatizar a situação federativos que concederam a exclusividade da gestão de suas folhas de pagamento (inclusive os remunerados pelo Fundeb) a instituições financeiras diversas da Caixa Econômica Federal, nos termos dos arts. 8º (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm#art8) e 9º (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm#art9) do Decreto Federal n. 6.253/2007 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm), que reforçam as disposições relativas à vedação de transferências para outras instituições financeiras.

Em que pese a vedação então existente, naquele contexto foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Federal e o Banco do Brasil, proibindo a transferência dos recursos do Fundeb para outras contas bancárias, reconheceu a possibilidade de fazê-lo excepcionalmente, quando destinada a pagamento de profissionais da educação básica, desde que a conta fosse do próprio ente público e que fosse expressamente indicada a finalidade “folha de pagamento”.

Em que pese a clareza dos arts. 20 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art20) e 21 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21) da Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm), a relatoria, sob um ordenamento jurídico, ponderou que, ao lado da conveniência do controle, há outros valores relevantes a serem resguardados, como a autonomia federativa e a autonomia dos entes públicos, compreendidos os instrumentos contratuais que concedem, por vias legítimas, a gestão da folha de pagamento a bancos diversos dos entes públicos (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm), razão pela qual entendeu não ser legítimo impingir a estados e municípios eventual prejuízo econômico, derivado da alteração da relação contratual estabelecida com as instituições financeiras, em nome da conveniência do controle, mesmo que a folha esteja atribuída a outros bancos.

Nesse diapasão, o relator aduziu que a mais consentânea leitura da redação original dos arts. 20 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art20) e 21 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21) da Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm) ao restante do sistema jurídico aplicável à Administração Pública, admitiria o pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica com recursos do Fundeb em instituições financeiras, desde que a transferência se realize para conta de titularidade do mesmo ente público, no valor e dia exatos do depósito da remuneração, com a identificação da finalidade. Tal medida já vinha sendo adotada na vigência da regulamentação anterior, que também adotava a centralização da movimentação dos recursos na conta específica, justificando a manutenção dos procedimentos.

Por fim, o relator citou que, em 25/3/2022, foi promulgado o S 9º do art. 21 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm), incluído pela Lei n. 14.276/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/lei/L14276.htm), que agora estabelece, de forma expressa, a autorização do pagamento por Estados, Distrito Federal e Municípios da remuneração dos profissionais da educação básica em instituições financeiras.

instituições financeiras oficiais, diversas da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, responsáveis pelo gerenciamento de toda a folha de pagamento, desde a titularidade do mesmo ente público, no valor e dia exatos do depósito da remuneração, com a identificação “folha de pagamento”, observando o disposto no art. 21 da Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A76) da Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm).

O Tribunal Pleno, ao final, aprovou o voto do relator, por unanimidade, fixando-se o julgamento de tese, com caráter normativo, no sentido de que:

A) nos termos do art. 21 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21) c/c com art. 47 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art47) da Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm), os repasses e a movimentação de recursos devem ocorrer por meio das contas únicas e específicas mantidas na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, sendo, em regra, vedada a sua transferência para outra

B) nos termos do §9º (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A79) do art. 21 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21) da Lei n. 14.113/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm), incluído pelo art. 1º da Lei n. 14.133/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/Lei/L14276.htm), é possível o pagamento por Estados, Distrito Federal e Municípios da remuneração com recursos do Fundeb em outras instituições financeiras oficiais, diversas da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, responsáveis pelo gerenciamento de recursos, desde que a transferência se realize para conta de titularidade do mesmo ente público, no valor e dia exatos do depósito da remuneração, com a identificação “folha de pagamento”.

(Processo 1107633 (https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/1107633) – Consulta. Rel. Cons. Cláudio Couto Terrão. Tribunal Pleno).

\* \* \* \* \*

**Possibilidade de participação, em comissão de licitação ou em equipe de apoio, de servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, desde que em cada diploma legal**

Trata-se de consulta formulada por procurador-geral municipal, nos seguintes termos: “Sendo a maioria formada por servidores efetivos, comissionados podem participar de comissão de apoio do pregoeiro? Se sim, podem receber as respectivas gratificações prevista em lei municipal?”.

O relator, conselheiro substituto Adonias Monteiro, preliminarmente, propôs que a consulta fosse admitida, sendo acompanhado pelos conselheiros Sebastião Ângelo e José Alves Viana. Ficaram vencidos, na preliminar, o conselheiro Wanderley Ávila, que inadmitia a Consulta por versar sobre caso concreto; o conselheiro Carlos Roberto de Almeida, por estarem configurados: imprecisão, caso concreto e ilegitimidade, destacando, em relação à ilegitimidade, que um procurador-geral de município não pode formular consultas a este Tribunal, à luz da relação – *numerus clausus* – do art. 210 do Regimento Interno do TCE-MG, e o conselheiro presidente Mauri Torres, que, na sessão do dia 30/3/2022, em sede de voto-vista, acompanhou o voto divergente do conselheiro Gilberto Diniz, no que tange à ilegitimidade para formular consultas.

O relator, antes de adentrar ao mérito, esclareceu que o Pleno, nos autos da Consulta 833220 (https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/833220), que também foi formulada por procurador-geral de município e admitida por este Tribunal, por ser injustificável a existência de tratamento desigual entre procuradores municipais e estaduais, decidiu, no art. 210 do Regimento Interno (https://www.tce.mg.gov.br/Noticia/Detalhe/111189). Citou, ainda, a Consulta 802277 (https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/802277), que também foi formulada por procurador-geral de município e admitida por este Tribunal.

No mérito, o relator salientou que a fundamentação exposta na Consulta 433617 (https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/433617), que trata da possibilidade de participação de servidores ocupantes de cargo em comissão em comissão de licitação, prevista no art. 51 da Lei n. 8.666/1993 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/1994/lei/8666.htm), carece de complementação, de forma que a resposta à consulta possa ser mais abrangente e ter caráter prospectivo e não apenas retroativo (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm). Assim, no que tange à primeira indagação, o relator colacionou exceções à regra, como a participação de servidores ocupantes de cargo em comissão em comissão de licitação, prevista no art. 51 da Lei n. 8.666/1993 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/1994/lei/8666.htm), segundo o qual pelo menos dois terços dos integrantes da comissão devem ser servidores ocupantes de cargo efetivo, o que exclui dessa definição, por exemplo, servidores contratados por prazo determinado (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm#art37ix), da Constituição da República (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm#art37ix), ou seja, terceiros estranhos aos quadros da Administração. Assim, os servidores ocupantes de cargos efetivos e também aqueles ocupantes de cargo em comissão podem integrar a comissão de licitação, prevista no caput do art. 51 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/1994/lei/8666.htm) da Lei n. 8.666/1993 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/1994/lei/8666.htm).

A relatoria citou, ainda, o art. 3º (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/lei/10520.htm#art3) da Lei n. 10.520/2002 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/lei/10520.htm#art3) que refere à modalidade pregão, para esclarecer que o dispositivo é claro ao estabelecer que a maioria dos integrantes da equipe de apoio do pregoeiro deve ser composta por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro de pessoal permanente do órgão. Nesse sentido, não há óbice à participação de servidores ocupantes de cargo em comissão, atendidos os requisitos do mencionado dispositivo legal.

Destacou, ademais, após analisar o art. 6º, inciso I (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm#art6%C2%82%A7I) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm#art7) e o art. 8º (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/Lei/L14133/2021) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm), que há possibilidade de membros da equipe de apoio ao agente da contratação em licitação que envolva bens ou serviços especiais, e de membros da comissão de contratação da modalidade diálogo competitivo serem ocupantes de cargo em comissão, atendidos os requisitos legais.

Em relação ao diálogo competitivo, nova modalidade de licitação criada pela [Lei n. 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/2022/2021/lei/L14133.htm#art32%C2%A71xi) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/2022/2021/lei/L14133.htm#art32%C2%A71xi](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/2022/2021/lei/L14133.htm#art32%C2%A71xi)), da referida [lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)), certame será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros per contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão, consoante disposto no [art. 32, § 1º, inciso XI](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art32%C2%A71xi) ([http://www](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art32%C2%A71xi)

O relator reconheceu que há posicionamentos divergentes sobre o tema, os quais, em resumo, entendem que as comissões permanentes ou especiais, composta por pelo menos dois servidores titulares de cargos efetivos do órgão responsável pelo certame, tal como já decidiu o Tribunal de Contas da União (https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2007-06-27;1306), Plenário, julgado na sessão do dia 27/6/2007, de relatoria do Ministro Relator, e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (Acórdão n. 2298/2019 (https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/acordao-2298-2019-do-tribunal-plenariedade) n. 332354/2017, julgada em 14/8/2019, de relatoria do conselheiro José Durval Mattos do Amaral). Contudo, salientou que a divergência de entendimentos não exclui a possibilidade de cargo exclusivamente em comissão integrar comissões de licitação (permanentes e/ou especiais), razão pela qual propôs que fosse dada resposta afirmativa ao primeiro quesito, ou seja, é possível a participação, em comissão de licitação ou em equipe de apoio, de servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, seja por prazo determinado ou indeterminado, nos termos da Lei nº 10.520/2002 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/18666cons.htm), da Lei nº 10.520/2002 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/l10520.htm) e da Lei nº 14.133/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), desde que na composição sejam atendidos os requisitos especificados em cada diploma legal.

Quanto ao segundo questionamento, o relator citou o entendimento consignado na Consulta n. [433617](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/433617) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/433617>) e promover uma atualização e fundamentar a resposta em face da novel [Lei n. 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/Lei%20n%C2%BA%2014.133%20de%202021.pdf) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/Lei%20n%C2%BA%2014.133%20de%202021.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/Lei%20n%C2%BA%2014.133%20de%202021.pdf)).  
entendimentos desenvolvidos nesse período, considerando as transformações pelas quais passou a Administração Pública, nesses mais de vinte e cinco anos, consulta foi proferido.

A relatoria aduziu que a responsabilidade dos servidores, quando nomeados para fazer parte da comissão de licitação, é maior, bem como, em regra, o seu volume funções de demasiada responsabilidade e importância para o desenvolvimento das atividades da Administração, o que exige especial dedicação. Salientou, também integrantes da comissão de licitação são convocados a responder perante esta Corte em razão de supostas irregularidades presentes na condução dos procedimentos licitatórios, podendo, assim, serem condenados ao pagamento de multas e ao ressarcimento ao erário, além de estarem sujeitos a sanções, no âmbito do Poder Judiciário, decorrentes da Lei de Improbidade Administrativa e da legislação criminal.

Nessa contextura, o pagamento de gratificação configura um estímulo à participação dos servidores nas comissões de licitação, bem como um incentivo para consonância com o interesse público. Logo, apesar de as [Lei n. 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666.htm)) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm)) e [Lei n. 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.h](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)) destacou que não há impedimentos para a percepção de gratificação, por servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, em razão da participação em apoio, devendo a entidade licitante fundamentar-se em lei local já existente que discipline o regime jurídico do servidor público e que preveja a concessão de tal gratificação, disciplinando o assunto.

Além disso, a relatoria salientou que o ocupante de cargo comissionado deverá preencher todas as condições para fazer jus ao pagamento da dita gratificação, cujas atividades, dentre outras, de acordo com o que estiver estabelecido em lei, frisando que o pagamento de gratificação depende de previsão orçamentária e adequação fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, o relator destacou que a eventual criação de gratificação mediante lei deveria observar, também, o disposto no art. 173, § 1º, da Constituição Federal (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lcp/lcp173.htm#art8) da [Lei Complementar n. 173/2020](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lcp/lcp173.htm) em face da calamidade pública ocasionada pela pandemia de Covid-19.

Ao final, a proposta de voto do relator foi acolhida, por unanimidade, fixando-se prejulgamento de tese, com caráter normativo, nos seguintes termos:

1. É possível a participação, em comissão de licitação ou em equipe de apoio, de servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, seja ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)), da Lei n. 10.520/2002 ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm)) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)), desde que na composição sejam atendidos os requisitos especificados em cada caso.
2. É possível o pagamento de gratificação aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão que participem de comissão de licitação ou equipe instituída por lei, além de ser necessária a devida previsão orçamentária e adequação ao limite com despesas de pessoal fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 8º ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp173.htm#art8](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm#art8)) da Lei Complementar n. 173/2020 (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/maio-de-2020-258915168>).

(Processo [1102275](https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/1102275) (<https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/1102275>) – Consulta. Rel. Cons. Subst. Adonias Monteiro. Tribunal P

\* \* \* \* \*

**Os limites quantitativos de alteração contratual previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/1993 não devem ser aplicados aos contratos de concessão comum e de modalidade patrocinada, quer na modalidade administrativa**

Trata-se de Consulta formulada por controladora-geral de município, versando “sobre a incidência dos limites do §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993 aos contratos de concessão de serviços públicos, da qual foram formulados os seguintes questionamentos: I) É correto o entendimento de que os limites quantitativos às alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, não se aplicam aos contratos de concessão comum, concessão patrocinada e concessão administrativa? II) É correto o entendimento de que as alterações contratuais em contratos de concessão patrocinada e concessão administrativa devem ser juridicamente admitidas caso (i) sejam preservados a natureza e propósito do objeto licitado e (ii) se a alteração for a mais vantajosa e a alternativa preferível do ponto de vista da promoção do interesse público do que a realização de nova licitação?”

Na sessão plenária de 10/12/2014, a Consulta foi admitida à unanimidade. No mérito, o relator, conselheiro Sebastião Helvecio, em relação ao primeiro qu (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993, e das Leis Federais n. [8.987/1995](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm), em cotejo com os entendimentos di (https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\*/NUMACORDAO%253A215%2520ANOACORDAO%253A1999/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/5/%2520) (https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\*/NUMACORDAO%253A2819%2520ANOACORDAO%253A2011/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520) (TCU), concluiu, em suma, que as alterações aos contratos de concessão comum, concessão patrocinada e concessão administrativa, referentes a alterações quantitat limites quantitativos previstos no [art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993. Excepcionalmente, a extra considerada, desde que alinhada aos princípios que regem as contratações públicas.

O conselheiro José Alves Viana, na sessão plenária de 13/5/2015, em sede de retorno de vista, apresentou voto divergente em relação ao item 1 do parecer da relato contratos de concessão comum, concessão patrocinada e concessão administrativa, para inserção de novos investimentos fora do escopo inicialmente pactuado e no valor inicial avençado do contrato, não se sujeitam aos limites quantitativos previstos no [§1º do art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993. Não obstante, diante da inexistência de legislação própria acerca da mutabilidade dos contratos de concessão e PPP e da necessidade de se estabelece aplicação, por analogia, do limite de 50% do valor do contrato, previsto no [§1º do art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993.

Na sessão plenária de 4/3/2020, o relator reviu seu posicionamento inicial para concordar com o entendimento do conselheiro José Alves Viana pela não aplicação d [art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993 aos contratos de concessão comum, concessão patrocinada e concessão administrativa. Todavia, considerando que as normas que regem a falar em instituição de limitação quantitativa específica para casos particulares de reforma de edifício ou equipamento, ressaltando que isso não significa dizer que para as alterações contratuais em concessões comuns, patrocinadas e administrativas, o que deverá estar devidamente indicado e referenciado tanto no edital de li forma a conferir maior segurança jurídica às contratações.

Na oportunidade, o conselheiro Cláudio Couto Terrão acompanhou o relator quanto à inaplicação dos [§§ 1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993. Lado outro, divergiu do relator quanto à necessidade de pre limites para alterações, tendo em vista que, ainda que recomendável a previsão contratual dos limites quantitativos ou qualitativos de alterações, para fins de a decidido pelo Tribunal de Contas da União, no Processo TC 028.343/2017, o fato é que a existência de cláusula contratual limitadora desses ajustes não pod devidamente fundamentada, que venha a extrapolar eventualmente esse parâmetro, desde que a alteração seja imprescindível à adequação do contrato, à realidade e

O conselheiro Gilberto Diniz, na sessão plenário de 17/11/2021, apresentou voto-vista acompanhando o voto do relator, que encampou o voto-vista do Conselheir limites quantitativos de alteração contratual previstos no [art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993 não concessão comum e de parcerias público-privadas, quer na modalidade patrocinada, quer na modalidade administrativa. Todavia, acompanhou o voto divergente d entender que, salvo por meio de lei, não é possível estabelecer prévia limitação, qualitativa ou quantitativa, para as alterações contratuais unilaterais promovid contratuais, notadamente em razão das especificidades dos contratos de concessão comum e especial. Na ocasião, o relator, conselheiro Sebastião Helvecio, também conselheiro Cláudio Couto Terrão, na Sessão de 4/3/2020.

Desse modo, em relação ao primeiro questionamento, foi aprovado o voto do relator, que encampou o voto-vista do conselheiro Cláudio Couto Terrão e, em parte Viana.

No que tange ao segundo questionamento, o relator, conselheiro Sebastião Helvecio, em síntese, concluiu que toda e qualquer alteração dos contratos deve ser devic o [caput do art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei de Licitações; que as justificativas para aditamento de concessões c requisitos e demonstrações, sem prejuízos de outros aplicados a casos concretos; bem como que as compensações decorrentes da materialização de riscos qu Administração Pública devem ser processadas, independente do limite, razão pela qual a Administração deve cuidar de elaborar matriz de riscos criteriosa, com o executar as provisões para os riscos assumidos, devendo observar, em tais situações, o disposto no [art. 10](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm#art10) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8987cons.htm#art10) da Lei de Licitações, que estabelece que sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Em relação ao segundo questionamento, os conselheiros, por unanimidade, acompanharam as conclusões constantes do voto do relator, conselheiro Sebastião Helv Sendo assim, ao final, o Tribunal Pleno emitiu parecer no sentido de que:

1. os limites quantitativos de alteração contratual previstos no [art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#art65) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm#art65) da Lei n. 8.666/1993, aplicados aos contratos de concessão comum e de parcerias público-privadas, quer na modalidade patrocinada, quer na modalidade administrativa;
2. não é possível, salvo por meio de lei, estabelecer prévia limitação, qualitativa ou quantitativa, para as alterações contratuais unilaterais promovida contratuais, notadamente em razão das especificidades dos contratos de concessão comum e especial;
3. toda e qualquer alteração dos contratos devem ser devidamente justificadas, conforme preceitua o [caput do art. 65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm#art10) (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8987cons.htm#art10) da Lei de Licitações, atendidos os seguintes requisitos:
  - a) as alterações não podem:
    - ir de encontro às estratégias da Administração para a contratação pretendida;
    - transcender, em natureza e propósito, o objeto do contrato;
  - b) as alterações procedidas devem ser devidamente justificadas face ao atendimento do interesse público, quanto à necessidade e vantagens do aditamento na mesma modalidade ou outras formas de contratação;



- c) os impactos financeiros devem ser devidamente calculados e demonstrados, fundamentados em estudo técnico, asseguradas a proporcionalidade e sustento financeiro requerido;
- d) as prorrogações de prazo devem ser dimensionadas para a proporcional recuperação do equilíbrio econômico-financeiro, devidamente legitimado podendo configurar caráter de exclusividade na prestação do serviço.
3. as justificativas para aditamento de concessões comuns devem ainda contemplar os seguintes requisitos, sem prejuízos de outros aplicados a casos concreto
- a) constituir adequação legítima para atendimento do interesse dos usuários, em especial, o previsto no [art. 7º, III](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995/8987/1995_8987.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1995/8987/1995\\_8987.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995/8987/1995_8987.htm)), quanto ao direito de liberdade de escolha entre vários prestadores de serviço;
- b) demonstração da inviabilidade de nova licitação e de que o aditamento não configurará exclusividade do contratado;
- c) respeitar a modicidade tarifária;
- d) demonstração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para as condições pactuadas no termo aditivo, inclusive quanto ao prazo fixado;
- e) demonstrar que não se referem a compensações de riscos já contemplados no contrato original.
4. as justificativas para aditamento de PPP (concessões patrocinadas e administrativas) devem contemplar as seguintes demonstrações, sem prejuízos de outras
- a) razões que justifiquem o aditamento, com a identificação de escopo; evidencição do percentual estimado em relação às receitas previstas, comparados com o equilíbrio econômico-financeiro do contrato para as condições pactuadas no termo aditivo, inclusive demonstração que não se referem a compensação original;
- b) elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;
- c) declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes na lei orçamentária anual;
5. as compensações decorrentes da materialização de riscos que foram contratualmente imputados à Administração Pública devem ser processadas, independentemente de a Administração deve cuidar de elaborar matriz de riscos criteriosa, com o resguardo contratual devido, bem como executar as provisões para os riscos assim observado o disposto no [art. 10](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995/8987/1995_8987.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1995/8987/1995\\_8987.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995/8987/1995_8987.htm)), da Lei 8.987/1995, que estabelece que sempre que for considerado-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

(Processo [932529](https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/932529) (<https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/932529>) – Consulta. Rel. Cons. Sebastião Helvecio. Tribunal Pleno. D

\* \* \* \* \*

#### **Impossibilidade de utilização dos recursos do Fundeb no exercício subsequente em percentual superior ao fixado em lei, em virtude da calamidade pública consequente suspensão das atividades de ensino presencial, por ausência de previsão legal**

Trata-se de consulta formulada por prefeito municipal, por meio da qual indagou sobre a possibilidade de se utilizar os recursos recebidos à conta do FUNDEB em imediatamente subsequente, em virtude do estado de calamidade pública provocado pela Covid-19 e seus efeitos, em face da descontinuidade do ensino presencial.

Preliminarmente, por unanimidade, a consulta foi admitida. No mérito, o relator, conselheiro Durval Ângelo, destacou que o [§2º do art. 21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2007/111494.htm#art21%C2%A72) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2007/111494.htm#art21%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2007/111494.htm#art21%C2%A72)) da [Lei n. 11.494/2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm)), dispunha que os recursos do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) seriam utilizados no exercício em que fossem creditados, em a desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, sendo que até 5% de tais recursos poderiam ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, em virtude do estado de calamidade pública provocado pela Covid-19 e seus efeitos, em face da descontinuidade do ensino presencial. Salientou, todavia, que tal dispositivo foi revogado pelo [§ 3º do art. 25](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm)), de modo que, atualmente, o percentual de recursos que podem ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente foi ampliado para 10% e o período se estendeu ao quarto mês do ano subsequente.

O relator alertou que a possibilidade de utilização do percentual de recursos de até 10%, no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, é válida para o exercício de 2021. Nos termos do [art. 53](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm#art53) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm#art53](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm#art53)) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm)), quanto aos efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2021, a seguinte é a do [§2º do art. 21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2007/111494.htm#art21%C2%A72) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2007/111494.htm#art21%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2007/111494.htm#art21%C2%A72)) da [Lei n. 11.494/2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm)), que permite a utilização de até 5% dos recursos do Fundeb no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente.

No mesmo sentido, o relator citou excerto do parecer exarado em resposta à Consulta [838953](https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetailsExcerto/838953) (<https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetailsExcerto/838953>) “mesmo sendo transferido para o exercício seguinte, o saldo dos recursos não utilizados mantém sua natureza vinculativa, em obediência ao disposto no [art. 8º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm#art8) da [Lei de Responsabilidade Fiscal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)), legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objetivo da vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o fato gerador”.

Sendo assim, respondeu ao questionamento positivamente, no sentido de que é possível utilizar os recursos recebidos à conta do FUNDEB, em percentual de até 10% no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, destacando que os arts. 9º e 19 da [Instrução Normativa n. 2/2021](https://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/Details/1140987) (<https://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/Details/1140987>), destinadas a assegurar a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) pelo Estado e pelos municípios”, reiteraram a previsão legal, que lastreia a resposta a esta Consulta.

Em sede de retorno de vista, o conselheiro Cláudio Couto Terrão, partindo da contextualização legal feita pelo relator, sugeriu a complementação do parecer, com as publicações desde março de 2020, quando da decretação do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, com o objetivo de estabelecer regimes excepcionais de modo a adequar as normas gerais ao período de anormalidade vivenciado.

Não obstante, destacou que nenhuma delas utilizou tal fundamento para autorizar a extrapolação do limite previsto no [§ 2º do art. 21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A72) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A72)) da Lei n. 11.494/2007, de 5% até o exercício de 2020, ou no [§ 3º do art. 25](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art25%C2%A73) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art25%C2%A73](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art25%C2%A73)) da Lei n. 14.113/2020, de 10%, a partir do exercício de 2021, não havendo, portanto, previsão legal que autorize o exercício subsequente em percentual superior ao fixado nessas normas, em virtude da calamidade pública decorrente da pandemia e da consequente suspensão das atividades de ensino presencial.

Com essas ponderações, o conselheiro Cláudio Couto Terrão aderiu à resposta proposta pelo relator, apenas agregando um item para incorporar à análise a circunscrição pelo consulente em sua investigação.

Ao final, o Tribunal Pleno aprovou o voto do relator, que encampou o voto-vista do conselheiro Cláudio Couto Terrão, ficando fixado o julgamento de tese, com caráter de

1. É possível utilizar os recursos recebidos à conta do Fundeb, inclusive os relativos à complementação da União, a que se refere o [§ 2º do art. 16](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art16%C2%A72) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art16%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art16%C2%A72)), da Lei n. 14.113/2020, em percentual superior a 5%, no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional, a partir da execução dos Fundos do exercício de 2021;
2. Em razão do estabelecido no [art. 53](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art53) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art53](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art53)), da Lei n. 14.113/2020, quanto à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020, a regra que deve ser seguida é a do [§ 2º do art. 21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A72) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm#art21%C2%A72)), da Lei n. 11.494/2007, que permite a utilização de até 5% dos recursos do Fundeb no primeiro trimestre do exercício de 2020;
3. Não há previsão legal que autorize a utilização dos recursos do Fundeb no exercício subsequente em percentual superior ao fixado nessas normas, em virtude da calamidade pública decorrente da pandemia e da consequente suspensão das atividades de ensino presencial.

(Processo [1095567](https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/1102275) (<https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/1102275>) – Consulta. Rel. Cons. Durval Ângelo. Tribunal Pleno. Delib.

\*\*\*\*\*

## Primeira Câmara

### Auditoria operacional referente à política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher enseja a elaboração de Plano de Ação municipal para o Corte de Contas

Tratam os autos de Auditoria Operacional realizada em município com o objetivo de avaliar a atuação dos Centros de Referência no atendimento à mulher vítima de violência doméstica municipal nas ações de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher e a estrutura organizacional municipal disponível para atender a essa demanda.

O relator, conselheiro Durval Ângelo, constatou, conforme conclusão do relatório de Auditoria, a necessidade de avaliação da atuação do Município no combate à violência doméstica e estabelecidas duas questões de auditoria, cada uma com uma subquestão.

A primeira questão/subquestão buscou checar se a mulher, vítima de violência doméstica, tem conseguido ter acesso aos serviços especializados previstos pela Lei n. 11.494/2007. Os Centros de Referência (CREAM e CREAS) têm atendido às necessidades dessas mulheres vulneráveis, resultando dessa investigação o seguinte achado de auditoria: *insuficiente estruturação e capacitação do CREAS tem reduzido o potencial de atendimento psicossocial e multidisciplinar das vítimas de violência doméstica [...]*.

A segunda questão/subquestão investigou em que medida a atuação coordenada, integrada e regionalizada dos órgãos da rede tem contribuído para a implementação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e de que maneira o Município tem se estruturado e articulado com os demais elementos da rede para o enfrentamento desse problema, estendendo-se ao seguinte achado: *insuficiente estruturação da administração municipal para implementação da política para mulheres e deficiência na articulação entre os equipamentos e serviços para a mulher vítima de violência doméstica [...]*.

Em consonância com a Unidade Técnica, frente aos achados de auditoria, que evidenciaram: I) que a falta de normatização, padronização, estruturação e capacitação para o atendimento psicossocial e multidisciplinar das vítimas de violência doméstica; II) que é insuficiente a estruturação da administração municipal para implementação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, o relator, conselheiro Durval Ângelo, acolheu integralmente as conclusões da equipe de auditoria contidas nos Relatórios e apresentou as seguintes recomendações:

1. Elabore um estudo de viabilidade para retomada da criação de um CREAM municipal, de modo a ofertar um atendimento psicossocial especializado às mulheres, visto que essa estrutura existia no município até 2018 e que o diagnóstico da Sejusp indica estar o município entre os de maior incidência de casos de violência doméstica;
2. Promova maior divulgação do CREAS junto à comunidade e demais órgãos públicos quanto a sua atuação na oferta de atendimento psicossocial às mulheres;
3. Divulgue no sítio da prefeitura os serviços existentes no município para o apoio às mulheres vítimas de violência doméstica com todas as informações necessárias;
4. Elabore planejamento para a adequação da equipe técnica do CREAS conforme previsto no documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher”. Além disso, faça um levantamento junto ao CREAS acerca da demanda de atendimento do centro e, tendo em vista a recomendação da norma de ajustar a estruturação da rede de atendimento à realidade da demanda real do centro, sendo necessária a ampliação da equipe técnica, elabore um planejamento para o alcance dessa finalidade, visto que foi apontada a necessidade de ampliação da rede de atendimento.

5. Elabore cronograma para oferta de capacitação periódica sobre o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica, Lei Maria da Penha e violência d
6. Faça um levantamento junto ao CREAS sobre a quantidade de mulheres vítimas que deixam de acessar ou retornar ao serviço, em virtude da falta de recurs até o local. Após isso, que seja feita uma avaliação sobre a concessão de transporte gratuito a essas mulheres para que possam acessar o centro.
7. Elabore, no âmbito do CREAS, fluxograma para atendimento da mulher vítima de violência doméstica.
8. Elabore plano operacional anual, com objetivos, metas, indicadores, recursos disponíveis e tarefas a serem executadas, inclusive referentes à segu responsáveis por sua execução para o enfrentamento da violência doméstica e o atendimento das vítimas, inclusive com previsão orçamentária específica para
9. Elabore e divulgue, em sítio eletrônico, o relatório de gestão da atuação dos CREAS, que contenha a coleta de dados de produtividade, assim como infor desenvolvidas ao longo do ano no enfrentamento à violência doméstica e atendimento das vítimas.
10. Utilize a Norma Técnica dos CREAMs para orientação do atendimento psicossocial à mulher vítima de violência doméstica, tendo em vista a ausência de nor
11. Implemente, no CREAS, a análise de risco dos casos de violência doméstica, por meio da utilização de um formulário de risco já existente, como o FRIDA ou Risco do CNJ, ou elabore um formulário próprio para essa finalidade.
12. Implemente, no CREAS, o controle de qualidade do serviço prestado, por meio de instrumento capaz de evidenciar a opinião das atendidas e dos demais mulher vítima de violência sobre o serviço ofertado pelo centro.
13. Articule com os demais elementos de atendimento às vítimas para reestabelecer e institucionalizar a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no i
14. Promova a discussão com a rede local sobre a viabilidade e vantagens de aderir ao SIMA.
15. Divulgue a rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município e incentive o debate no município, para conhecer as demandas locais para a org mulheres.
16. Reestabeleça o funcionamento da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres.
17. Ative o Conselho Municipal da Mulher de forma a manter a regularidade das reuniões, e assim das discussões de interesse da mulher no município.
18. Operacionalize e ative o fundo conforme previsão da Lei Municipal.
19. Adote as medidas necessárias para a elaboração do plano/política municipal com ações para o enfrentamento da violência doméstica e atendimento , disponibilizados recursos suficientes para a sua implementação e definido prazo para a sua execução.
20. Crie, no planejamento anual do município, ações do município ou parcerias com outras instituições para capacitação econômico-financeira das mulh atuação do município com essa finalidade.
21. Crie, no planejamento anual do município, ações de sensibilização e prevenção na temática violência doméstica contra a mulher, de maneira a manter e at finalidade.

O voto do relator foi aprovado, por unanimidade.

(Processo [1095464](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1095464), (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1095464>) – Auditoria Operacional. Rel. Cons. Durval Ângelo. Deliberado em 29/3/2022)

\* \* \* \* \*

## Segunda Câmara

**A exigência, em processo licitatório, de que pneus sejam de fabricação nacional e fornecidos por revendedores autorizados pelos fabricantes, afronta 8.666/1993, bem como aos princípios da legalidade, da isonomia e da ampla competitividade**

Trata-se de denúncia apresentada por cidadão, com pedido de suspensão liminar, em face de possíveis irregularidades em procedimento licitatório, Pregão Presenci futura e eventual aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para equipar a frota de veículos e máquinas da prefeitura.

Em síntese, alegou o denunciante que a exigência de apresentação do certificado de regularidade no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Nat fabricante dos pneus restringiria a competitividade do certame. Sustentou, ainda, irregularidade na exigência de que os pneus fossem de fabricação nacional, t autorizados pelos fabricantes.

O relator, conselheiro em exercício Adonias Monteiro, no mérito, após as manifestações das unidades técnicas e do *Parquet* de Contas, em cotejo com a docume apresentadas pela defesa, votou pela procedência parcial da denúncia, julgando improcedentes os seguintes apontamentos: 1) exigência de apresentação de certifi do fabricante dos pneus; 2) exigência de que os pneus licitados sejam de “primeira linha”; e 3) justificativa quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrôn pregão presencial em meio à pandemia de Covid-19.

Lado outro, a relatoria entendeu que houve irregularidade quanto à exigência de que os pneus sejam de fabricação nacional e fornecidos por revendedores autorizad Em suma, o denunciante insurgiu-se contra o edital por estabelecer a aquisição de pneus novos de fabricação nacional, e, ainda, fornecidos por revendedores autc [art. 3º, inciso II](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm#art3ii) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110520.htm#art3ii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm#art3ii)), da [Lei 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm#art3ii) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110520.htm#art3ii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm#art3ii)) excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição, de modo que “se os produtos são novos, de primeira linha ou qualidade, estando dentro das norm do INMETRO, é irrelevante sua nacionalidade”. A defesa, a seu turno, alegou que as montadoras nacionais, via de regra, utilizam pneus importados e que a ex veículos, adquirindo peças originais, sempre na busca da manutenção do padrão original para não afetar os termos contratuais e as garantias, bem como adquirir bei



9/18

3. A norma prevista no [art. 40](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art40%C2%A710](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art40%C2%A710)), da Constituição da República de 1988 excepcionalmente não constitui contribuição correspondente ao período de aposentadoria por incapacidade, realizada nos termos da resposta formulada no item 1, em virtude da interpretação sis hierarquia constitucional, tais como: I)a norma do [§ 12](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art40](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art40)) da Constituição, que estabelece a possibilidade de aplicação subsidiária das normas do [art. 29](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm#art29](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm#art29)), [§ 5º](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm#art55ii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm#art55ii)), da [Lei n. 8.213/1991](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)), cuja co foi reconhecida pela jurisprudência do STF, [Súmula 73](#) (<https://www.cjf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=73&PHPSESSID=s5094usjmob25l4pbmci7t12/2020>) (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-12-de-19-de-maio-de-2020-258324861>), do INSS; II)a ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art40%C2%A718](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art40%C2%A718)) do mesmo [art. 40](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art40%C2%A718](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art40%C2%A718)) assegura a imunidade ao desconto de contribuição previdenciária de valores de proventos que estejam parcial ou totalmente aquém do teto de pagamento de benefício da imunidade prevista no [art. 149-A](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art149](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art149)) que, em caso de comprovado déficit atuarial, salário mínimo, mediante lei aprovada por cada ente federativo.

4. É constitucional, nos termos da regra de transição prevista no [art. 25](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm)), a contagem ficta de tempo de contribuição, tal como aquela prevista na ref aplicação de normas previstas no [art. 29, § 5º](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm#art29%C2%A75ii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm#art29%C2%A75ii)), da [Lei n. 8.213/1991](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)), institui constitucional.

5. A partir da edição da [EC n. 103/2019](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm)), o rol de benefícios dos regimes próprios aposentadorias e à pensão por morte; e afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho porventura concedidos são computados como tempo de contribuição dos recursos do RPPS, devendo ser suportados pelo tesouro do respectivo ente federativo.

6. A contagem ficta como de tempo de contribuição de período de aposentadoria por incapacidade revertida, intercalada entre períodos contributivos, não é transcritos critérios de equilíbrio financeiro e atuarial fixado no [art. 40](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)), nem às normas expressas tanto no [art. 195, § 2º](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art195%C2%A75](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art195%C2%A75)), da [CR/88](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art195%C2%A75](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art195%C2%A75)), da [Lei Complementar n. 101/2000](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm#art24)) da [Lei Complementar n. 101/2000](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm#art24)) extensão de benefícios e serviços da seguridade social sem a indicação da fonte de custeio total.

(Processo [1098594](#) (<https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/1098594>) – Consulta. Rel. Cons. Wanderley Ávila. Tribunal Pleno. D

## Ementas por área temática

### Administração Pública

RECURSO ORDINÁRIO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO. ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL. IRREGULARIDADES. CONTRAPRESTADOS. PRELIMINAR PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. MÉTODOS DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A instauração e o processamento da tomada de contas especial pressupõem não a mera existência de redução patrimonial, mas a ocorrência de dano qualificado ilegítimo ou antieconômico, sendo medida excepcional e subsidiária às alternativas cíveis, administrativas e penais cabíveis face aos gestores que, por ação ou omissão, causaram o dano.
2. Constatada a inclusão de servidores na folha de pagamento de escola pública estadual sem a comprovação da correspondente prestação de serviços, impõe irregularidade das contas, com fulcro no art. 48, inciso III, da [Lei Complementar n. 102/2008](#) (<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao, tipo=LCP&num=102&ano=2008>) c/c o art. 250, inciso III, do [Regimento Interno](#) (<https://www.tce.mg.gov.br/Noticia/Detalhe/111189>) deste Tribunal, bem com apurado, a ser devidamente atualizado, e pela aplicação de multa aos responsáveis.

(Processo [1084588](#) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1084588>) e [1084589](#) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1084589>) – Recurso Ord Deliberado em 2/2/2022)

AUDITORIA. MUNICÍPIO. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTABILIZAÇÃO DE RECEITA. CONTRIBUIÇÃO CONTRIBUIÇÃO PATRONAL. CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR. CUSTEIO DE PENSÕES. AUXÍLIO-DOENÇA. CONSELHOS MUNICIPAIS. BASE CADASTRAL. POLÍTICA D INFORMAÇÕES. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. PARCELAMENTO. CONVÊNIO. TERMO DE ADESÃO. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DANO. REGULARIZAÇÃO FISC DOS APONTAMENTOS. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÕES. RECOMENDAÇÕES.

1. Aplica-se multa em relação aos apontamentos relativos à ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias e de repasse de recursos legalmente inobservância de mandamentos legais expressos, tais como o [art. 40, caput](#) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art40](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art40)) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art40](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art40)), o art. 25, I, da Lei Complementar Municipal n. 499/08 e os arts. 2º, 3º e 5º da Lei Comple

a falta de cautela, inerente à culpa grave, do então chefe do Poder Executivo, autorizando-se a responsabilização do agente, nos termos do [art. 28](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm#art28) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm)) da [LINDB](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm)).

2. O Executivo municipal deverá regularizar o pagamento das contribuições patronais, das contribuições suplementares e dos valores correspondentes ao auxílio-do

3. A compensação entre os regimes deve ser providenciada pelo instituto de previdência, mediante a celebração de convênio ou de termo de adesão, c ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19717.htm#art1%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19717.htm#art1%C2%A72)) da [Lei n. 9.717/1998](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19717.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19717.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19717.htm)).

(Processo [1077088](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1077088) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1077088>) – Auditoria. Rel. Cons. Wanderley Ávila. Prolator do voto vencedor: Cons. Cláudio Cou

## Convênios e Contratos

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PRELIMINARES. INTERESSE PARTICULAR. REJEIÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. MÉRITO. AUSÊNCIA DE INOBSERVÂNCIA À ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS. PROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ARQUIVAMENTO.

1. Fatos de natureza comercial privada transcendem a questão de ordem pública que é objeto de análise por este Tribunal de Contas. Os Tribunais de Contas não se pr

2. Uma vez comprovado que o chefe do executivo foi o responsável pela emissão de empenhos resta afastada a ilegitimidade passiva suscitada.

3. O [art. 5º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm#art5) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm#art5)) da [Lei n. 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)) fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestações de serviços, devem obedecer à estrita ordem de pagamento de acordo com cada fonte diferenciada d dos agentes públicos, de não pagar, no momento oportuno e mediante a devida motivação justificadora, despesa pública devidamente liquidada, em flagrante inobs pagamentos, configura culpa grave (erro grosseiro), ensejando a aplicação de penalidade.

4. A ocorrência de fatos alheios à vontade do gestor público capazes de afetar a execução orçamentária aliada à ausência de culpa e/ou dolo afastam a responsabili pagamento de 30 (trinta) dias, contados do adimplemento de cada parcela, previsto no [art. 4º, inciso XIV, alínea “a”](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)).

5. A ausência de quitação, pelo gestor municipal, de uma única nota fiscal de valor ínfimo em relação às despesas fixadas no orçamento do Município não pode ser c o equilíbrio das contas públicas, e, portanto, não configura afronta ao [§ 1º do art. 1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm#art1%C2%A72) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm#art1%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm#art1%C2%A72)) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)).

(Processo [1054059](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1054059) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1054059>) – Denúncia. Rel. Cons. em exercício Adonias Monteiro. Prolator do voto vencedor: Deliberado em 3/2/2022)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. CONVÊNIO. PRELIMINAR. AÇÃO MOVIDA NO PODER JUDICIÁRIO. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS PARA PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR. DANO AO ERÁRIO. APLICAÇÃO DE RECURSO COM FINALIDADE DIVERSA AO PLANO DE TRABALHO. RESSARCIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

1. A existência de processo judicial não constitui empecilho à atuação desta Corte de Contas, tendo em vista a competência constitucional própria assegurada aos ' controle externo da Administração Pública e a independência entre as instâncias.

2. É vedada a aplicação dos recursos recebidos por meio de convênios em finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho, sendo de responsabilidade dos gestores do erário.

3. O ônus de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos recai sobre quem os gere, ao qual compete demonstrar o liame entre os montantes conveniados e os recursos recebidos.

4. Devem ser adotadas medidas administrativas internas, com vistas ao ressarcimento ao erário, que deverão ser ultimadas em até 180 (cento e oitenta) dias, contados dos termos do art. 246 do [RITCEMG](https://www.tce.mg.gov.br/Noticia/Detalhe/111189) (<https://www.tce.mg.gov.br/Noticia/Detalhe/111189>).

(Processo [1015345](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1015345) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1015345>) – Tomada de Contas Especial. Rel. Cons. Durval Ângelo. Deliberado em 29/3/2022)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. SECRETARIA DE ESTADO. CONVÊNIO. PRELIMINAR. AÇÃO MOVIDA NO PODER JUDICIÁRIO. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS. PUNITIVA DESTA CORTE. NÃO RECONHECIMENTO. MÉRITO. CITAÇÃO VÁLIDA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO RESPONSÁVEL. REVELIA. EXECUÇÃO TOTAL DO MENOR QUE O AJUSTADO. SALDO RATEADO NA PROPORÇÃO AJUSTADA NO INSTRUMENTO. MUNICÍPIO DEVOLVE AO ERÁRIO ESTADUAL VALOR MAIOR QUE DEVIDO. COFRES MUNICIPAIS DA QUANTIA REFERENTE À DIFERENÇA RESTITUÍDA A MAIOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS. DANO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÕES.

1. O responsável regularmente citado, que não apresenta defesa e nem recolhe a importância devida, torna-se revel para todos os efeitos, a teor do disposto no art. 4º do [art. 4º](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LCP&num=102&ano=2008) (<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LCP&num=102&ano=2008>).

2. O saldo de valor do convênio referente à economia auferida com o custo menor da obra totalmente concluída e paga, deve ser rateada entre os convenientes do instrumento.

3. É dever do conveniente que recebeu os recursos apresentar a comprovação dos rendimentos auferidos em aplicação financeira, conforme o [art. 4º](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=43635&ano=2003&tipo=DEC) (<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=43635&ano=2003&tipo=DEC>), que dispõe sobre a celebração e a prestação financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

4. Nos casos que as despesas forem menores que o estabelecido no plano de trabalho e convênio, o saldo remanescente deve voltar aos cofres públicos de forma pr recursos.

(Processo [1031298](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1031298) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1031298>) – Tomada de Contas Especial. Rel. Cons. Durval Ângelo. Deliberado em 29/3/2022)

## Licitação

DENÚNCIA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. MODIFICAÇÃO UNILATERAL DOS PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAIS DO LICITANTE PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICADORES CONFIÁVEIS. EXIGÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PERTENCENTE AO QUADRO PERMANENTE DA EMPRESA NO MOMENTO DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS. FALTA DE AMPLA COMPETITIVIDADE DO CERTAME. INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DO ART. 109, II, DO LAI. ARQUIVAMENTO.

1. É facultada à Comissão de Licitação ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do [art. 43](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm#art43%C2%A73) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm#art43%C2%A73](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm#art43%C2%A73)) da [Lei n. 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)), a qual é unilateral e direta pela Administração Pública dos preços unitários e globais do licitante, com alteração na ordem de classificação do procedimento licitatório, é i legalidade, da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.

2. A escolha dos índices de aferição da situação financeira dos licitantes deverá estar exposta e devidamente fundamentada no processo e deve possuir nexo de causalidade com a complexidade de sua execução.

3. Em consonância com a Súmula 272 do TCU [sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewi\\_upjoxfD2AhVUMTUKHfyaA\\_QQFnoECACQAQ&url=https%3A%2F%2Fportal.tcu.gov.br%2FFlumi](https://portal.tcu.gov.br/2Flumi) e precedentes deste Tribunal, é irregular a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica – ACT de que o profissional é integrante do quadro perman uma vez que impõe ônus excessivo aos interessados em participar do processo licitatório, o que pode ensejar indevida restrição à competitividade do certame. somente do licitante vencedor previamente à celebração do contrato.

4. O contratado deve manter, durante toda a execução contratual, certas condições específicas que foram observadas na habilitação. Dessa forma, pode-se exigir comprometimento de comunicação de qualquer fato superveniente impeditivo da habilitação, em vez de declaração de inexistência de fato superveniente da habilitação.

(Processo [1007695](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1007695) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1007695>) – Denúncia. Rel. Cons. Subst. Adonias Monteiro. Deliberado em 17/3/2022)

REPRESENTAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CUJOS SÓCIOS POSSUÍAM INTERESSE EM COMPROVAÇÃO DE CONLUÍO COM INTUITO DE FRAUDE. LIMITE TEMPORAL PARA A VALIDADE DE PESQUISAS DE PREÇOS. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO NA LEI ESTABELECIDO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA FEDERAL. PUBLICIDADE DO EDITAL SUPRIDA POR PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA, DISPONIBILIZAÇÃO EM PORTAL OFICIAL. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO DO TRIBUNAL. APLICAÇÃO DE MULTA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA REPRESENTAÇÃO. RECOMENDAÇÃO.

1. O art. 85, III, da [Lei Complementar n. 102/2008](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LCP&num=102&ar) (<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LCP&num=102&ar>) por descumprimento de despacho, decisão ou de diligência do relator ou do Tribunal.

2. A constatação de participação em certames de empresas com sócios em comum ou de empresas cujos sócios tenham parentesco entre si não é suficiente para necessário que tais fatos sejam examinados em conjunto com outros elementos de convicção.

3. Não existe na legislação de regência limite temporal expresse para a validade das pesquisas de preços apresentadas para compor o orçamento estimado. No entanto, a orientação expedida no âmbito federal, por meio da [Instrução Normativa n. 03, de 20/4/17](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrv2017-04-24-instrucao-normativa-n-3-de-20-de-abril-de-2017-20175670) ([https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrv2017-04-24-instrucao-normativa-n-3-de-20-de-abril-de-2017-20175670](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrv2017-04-24-instrucao-normativa-n-3-de-20-de-abril-de-2017-20175670)), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na qual se estipula que a pesquisa deve ser realizada no prazo de 180 dias.

4. Embora ausentes no Edital as especificações de data e horário em que poderia ser consultado e obtido na íntegra, a sua publicação em Diário Oficial, disponibiliz: site da Prefeitura bem como a divulgação de e-mail para comunicação entre o órgão e os interessados, atende ao princípio da publicidade, sobretudo em se co utilização da internet.

5. No [art. 175](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art175) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art175](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art175)) da [Constituição da República](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art175) ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#art175](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art175)) estabelece que incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de

(Processo [1047871](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1047871) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1047871>) – Representação. Rel. Cons. Subst. Hamilton Coelho. Deliberado em 22/3/2022)

REPRESENTAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RECONHECIDA. MÉRITO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE B  
PLANEJAMENTO. AJUSTE ANTIECONÔMICO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA.

A ausência de planejamento da administração, que resulta prejuízo ao erário exige a aplicação de multa aos responsáveis.

(Processo [1095291](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1095291) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1095291>) – Representação. Rel. Cons. Durval Ângelo. Deliberado em 29/3/2022)

REPRESENTAÇÃO. DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. EDITAIS DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS. PRELIMINAR. FALECIMENTO DO RESPONSÁVEL. RECONHECIMENTO. MÉRITO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PREVISÃO LEGAL. NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCESSIVA. OBSERVÂNCIA. DEFLAGRAÇÃO POSTERIOR DE CONCURSO PÚBLICO. REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE PESSOAL. IMPROCEDÊNCIA. PRAZO EXÍGUO PARA INSCRIÇÃO. AFASTADA A APLICAÇÃO DE SANÇÃO. ADEQUAÇÃO DA MEDIDA. ART. 20 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB. DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. FUNÇÃO DE MOTORISTA. PROVA PRÁTICA. FALTA DE ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO. PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO CONCRETO AO CERTAME E AO ERÁRIO. RECOMENDAÇÃO. MOTORISTA. NÍVEL DE ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIA DE CONHECIMENTOS. DIVERGÊNCIA ENTRE PREVISÃO LEGAL E EDITALÍCIA. IMPROCEDÊNCIA. EXIGÊNCIA INDEVIDA DE PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA. IMPROCEDÊNCIA. VULNERABILIDADE DAS INFORMAÇÕES REGISTRADAS. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. PROVA PRÁTICA. CARÁTER EXCLUSIVAMENTE CLASSIFICATÓRIO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DO TCEMG. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. AMPLA PUBLICIDADE DOS EDITAIS DOS PROCEDIMENTOS SELETIVOS. IRREGULARIDADE. ARQUIVAMENTO.

1. Constatado e comprovado o falecimento de um dos responsáveis, extingue-se, em relação a ele, a punibilidade, tendo em vista o princípio da intransmissibilidade das irregularidades ensejadoras de dano ao erário.
2. Em exceção à regra do concurso público, a Constituição da República, em seu art. 37, IX, autoriza a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, observância da legislação local regulamentadora.
3. A despeito de não existir legislação que disponha acerca do prazo ideal para inscrições em processos seletivos, a Administração Pública deve obediência ao princípio da razoabilidade, sob pena de violação aos princípios da competitividade, da publicidade do certame, bem como do amplo acesso aos cargos públicos.
4. Afasta-se a aplicação de sanção ao gestor diante das circunstâncias fáticas apuradas, em respeito ao art. 20, parágrafo único, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que impõe a avaliação da necessidade e adequação da medida a ser imposta, e, ainda, considerando suficiência da atuação pedagógica deste Tribunal.
5. A reserva de vagas para pessoas com deficiência também é obrigatória em processos seletivos simplificados, devendo ser confrontadas, pela Administração Pública, a definição do devido percentual de reserva de vagas para determinado cargo, as informações referentes ao número de cargos criados existente em cada quadro de vagas e a deficiência já lotadas no quadro, para cada cargo, na data da abertura do certame, reservando o percentual adequado de vagas para tais pessoas, observado, ainda, o princípio da proporcionalidade.
6. A aplicação de provas práticas sem a fixação prévia de parâmetros objetivos de avaliação sujeita a análise do desempenho do candidato ao subjetivismo do examinador, violando a legalidade, a moralidade e a impessoalidade, que regem a Administração Pública, podendo culminar na ocorrência de diversas arbitrariedades na condução do certame e no direito de recurso do candidato, que ao contestar, caso queira, em momento oportuno, os resultados obtidos na prova prática, não pode se basear pelos critérios e procedimentos adotados pelo órgão convocatório.
7. Uma vez replicados no edital de processo seletivo simplificado os requisitos previstos em lei municipal para o exercício da função ofertada, não há falar-se em desconformidade com o instrumento convocatório.
8. Não há óbice à realização de prova prática para a função de motorista, notadamente porque as atribuições desenvolvidas no exercício do cargo podem extrapolar o âmbito do órgão de trânsito ao conceder a licença para conduzir veículo.
9. As informações anotadas a lápis pela Administração na condução de processo seletivo simplificado apresentam maior vulnerabilidade, uma vez que facilitam a fraude, tempo, potencializando, assim, a possibilidade de ocorrência de fraudes.
10. Os atos administrativos são dotados da presunção de legitimidade e de veracidade, sendo que a primeira diz respeito à presunção relativa de que os atos praticados são conformes com a lei e com a ordem jurídica, pressupondo a fidedignidade e consistência das informações prestadas, e a segunda, por sua vez, diz respeito aos fatos presumidamente verdadeiros.
11. A verificação de habilidade de candidatos por meio de prova prática pretende, tão somente, apurar se estão ou não aptos ao exercício de uma determinada atividade, com caráter classificatório.
12. Diante da falta de comprovação, pelos responsáveis, da afiação dos editais de processos seletivos simplificados no quadro de avisos do município, tampouco a municipalidade ou da entidade organizadora da seleção, ou, ainda, no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, fica demonstrada a inobservância ao ato de consignação, notadamente, na Súmula n. 116 deste Tribunal.

(Processo [1072618](https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1072618) (<https://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/Detalhes/1072618>) – Representação. Rel. Cons. Subst. Adonias Monteiro. Deliberado em 29/3/2022)

\* \* \* \* \*

## Jurisprudência selecionada

### Supremo Tribunal Federal

Tese fixada: “É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição de 1988, que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o direito à efetividade, nos termos do artigo 3º, inciso III, da Lei 8.112/1990, proferida na ADI 3609 (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe. 30/10/2014).”

Resumo: Servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da CF/1988, ainda que beneficiado pela estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT, não pode ser promovido para Cargos, Carreiras e Remuneração previsto para servidores efetivos.



Embora o art. 19 do ADCT tenha conferido estabilidade excepcional aos servidores que foram admitidos, sem concurso público, há pelo menos cinco anos contínua nada dispôs acerca da possibilidade de esses servidores usufruírem de benefícios legalmente estabelecidos para os ocupantes de cargos efetivos que ingressaram no que adquiriram essa estabilidade excepcional possuem apenas o direito de permanecer na função para as quais foram admitidos, devendo submeter-se a certame nos termos do art. 37, II, da CF/1988.

Dessa forma, se nem mesmo os servidores que preenchem os requisitos do art. 19 do ADCT fazem jus aos benefícios conferidos aos que ingressaram na Administração em concurso público, com menos razão pode-se cogitar, no caso concreto, da continuidade de situação notoriamente inconstitucional, em que servidor contrata público, sem qualquer estabilidade, usufrui de benefícios legalmente previstos apenas para servidores públicos efetivos.

Além disso, a concessão de efeitos prospectivos à decisão proferida na ADI 3609 não teve por escopo garantir efetividade aos servidores que ingressaram no ser 5.2.2015, mas sim conceder ao Estado tempo suficiente para realizar concurso público para o preenchimento dos cargos que foram ocupados de forma inconstitucional público essencial.

Com esses entendimentos, o Plenário, por unanimidade, ao apreciar o Tema 1157 da repercussão geral, conheceu do agravo para, desde logo, dar provimento de segurança.

[ARE 1306505/AC](https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6083656) (<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6083656>), relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em (<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo1048.htm#Transfer%C3%Aancia>)

Tese fixada: "A promoção por acesso de servidor a classe distinta na carreira não representa ascensão a cargo diverso daquele em que já estava efetivado, de modo que o mínimo de cinco anos no cargo efetivo, exigido pelo artigo 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional 20/1998, e pelos artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional 47/2005, não recomenda a contar pela alteração de classe."

Resumo: Para a aposentadoria voluntária de servidor público, o prazo mínimo de cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria refere-se ao cargo efetivo e à carreira alcançada mediante promoção.

Na hipótese, a promoção do servidor à classe posterior dentro do mesmo cargo não caracteriza provimento originário, mas sim derivado. Logo, quando a carreira for promovida, os proventos deve ter por base a remuneração percebida na mesma classe ocupada quando da aposentadoria.

Com base nesse entendimento, o Plenário, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada (Tema 1207 RG) e no julgamento jurisprudência dominante sobre a matéria para desprover o recurso extraordinário.

[RE 1322195/SP](https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6156326) (<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6156326>), relator Min. Luiz Fux, julgamento finalizado no Plenário Virtual em (<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo1049.htm#Transfer%C3%Aancia>)

Resumo: Não há vício de iniciativa de lei na edição de norma de origem parlamentar que proíba a substituição de trabalhador privado em greve por servidor público.

No caso, ainda que a lei distrital impugnada (1), de iniciativa parlamentar, esteja voltada ao funcionamento da Administração Pública, ela não se sobrepõe ao campo reservado, com exclusividade, ao governador, no que toca a dispor sobre a organização administrativa.

Além disso, a norma revela-se harmônica com a CF, notadamente com os princípios do art. 37, caput, na medida em que permite a substituição nos estritos limites (3).

Com base nesse entendimento, o Plenário, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado em ação direta.

ADI 1164/DF, relator Min. Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 1º.4.2022 (sexta-feira), às 23:59 (<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo1049.htm#Transfer%C3%Aancia>)

\*\*\*\*\*

### Superior Tribunal de Justiça

O magistrado em gozo de licença para capacitação no exterior não faz jus ao pagamento das vantagens de Retribuição por Direção de Fórum e Gratificação Jurisdicional ou Acumulação de Acervo Processual.

Informações do Inteiro Teor: Nos termos dos arts. 1º da Lei Complementar Estadual 327/2019 e 1º da Lei Complementar Estadual 239/2014, c/c o art. 5º, II, b, vantagens denominadas "Retribuição por Direção de Fórum" e "Gratificação pelo Exercício Cumulado de Jurisdição ou Acumulação de Acervo Processual" por vinculando-se o seu pagamento ao efetivo exercício das atividades a elas relacionadas.

Ora, em sendo inerente a tal espécie de vantagem que seu pagamento tem por pressuposto o efetivo "exercício cumulativo de jurisdição ou acumulação de acervo processual", conclui-se que a ausência desses requisitos legais autoriza a que Administração, de imediato, faça cessar seu pagamento, sem a necessidade da prévia abstenção.

Por sua vez, também não há falar em ofensa ao princípio da legalidade, pois a cessação do pagamento da gratificação em tela não decorreu de eventual limitação mas do fato de que os pressupostos legais para seu pagamento não mais estavam presentes no caso concreto.

De outra parte, não se extrai do art. 73 da LOMAN comando normativo capaz de assegurar a manutenção da gratificação pleiteada. Conquanto esse dispositivo magistral para "frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos" deverá ser concedido "sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens", tal vantagens de caráter eventual e de natureza *proper labore*, como é o caso da gratificação criada pela Lei Complementar Estadual 327/2019.

Tal compreensão, inclusive, está em harmonia com o estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, precisamente no art. 5º, II, b, c e d, da Resolução/CNJ n. 13/20 remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura.

Pela leitura da LCE 327/2019 pode-se inferir que a "Gratificação pelo exercício cumulativo de jurisdição ou acumulação de acervo processual", abrange algumas eventual elencadas no inciso II do artigo 5º da Resolução n. 13/2006, enquadrando-se nas alíneas c (exercício cumulativo de atribuições) e d (substituições), o que t de contraprestação à atividade suplementar atribuída ao magistrado.

Da leitura do art. 1º da referida lei c/c o art. 5º, II, b, da Resolução/CNJ n. 13/2006 extrai-se que a retribuição financeira em questão também possui caráter eve vinculada ao exercício da Direção do Fórum pelo magistrado designado.

Ressalta-se, ainda, que, existindo previsão legal expressa no sentido de que o pagamento da referida vantagem somente seria devido nos casos de afastamentos vin licenças para tratamento da própria saúde ou de pessoa da família, ou outros afastamentos inferiores a dez dias", torna-se inviável estender tal comando normativo necessidade de reverência ao princípio de hermenêutica segundo o qual "não compete ao intérprete distinguir onde o legislador, podendo, não o fez, sob pena de poderes" (AgInt no REsp 1.609.787/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 10/11/2017).

RMS 67.416-SE (https://processo.s livre=%28%28ROMS.clas.+ou+RMS.clap.%29+e+%40num%3D%2267416%22%29+ou+%28%28ROMS+ou+RMS%29+adj+%2267416%22%29.suce.), Rel. por unanimidade, julgado em 29/03/2022. Informativo de Jurisprudência 731 (https://processo.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=%2

\*\*\*\*\*

### Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ementa: Reexame necessário. Apelação. Servidor público. Município de Rio Acima. Exoneração. Processo administrativo. Reintegração. Danos morais. Não compr Recebimento. Vantagens e vencimentos.

- O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE nº 841.526/RS, assentou que, nos termos do art. 37, § 6º, da CR/88, o Estado responderá objetivamente a terceiros, de modo que basta que esse nexo de causalidade se forme para que a responsabilidade surja, não exigindo a norma constitucional em questão que a condu

- A responsabilidade civil objetiva do Município configura-se com os seguintes requisitos, em contemplação à teoria do risco administrativo e à repartição dos enci nexo de causalidade.

- O dano moral pode ser presumido quando (i) atinge os sentimentos, a tranquilidade e as relações psíquicas de alguém, e (ii) decorre da própria da gravidade do il probatória específica.

- Mero ato administrativo de demissão ilegal, por si só, não é capaz de ensejar o dano moral. Para que este seja configurado, são necessárias provas de que ter constrangimento, os quais ultrapassam mero dissabor ou aborrecimento.

- O servidor público reintegrado é assegurado do recebimento de todos os vencimentos, direitos e vantagens funcionais que foram suprimidos durante o período q cargo por decisão administrativa.

(TJMG - Apelação cível 1.0188.15.001258-4/001 (file://egito/CSDJ/4%20-%20INFORMATIVO/Informativos-2022/Informa 4)/www8.tjmg.jus.br/themis/baixaDocumento.do%3ftipo=1&numeroVerificador=101881500125840012022496415), Rel. Des. Jair Varão, 3ª Câmara Cível, j. em Jurisprudência 276 (https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/11872/1/BJE%20276.pdf)

\*\*\*\*\*

### Tribunal de Contas da União

Responsabilidade. Débito. Compensação. Requisito. Delação premiada. Acordo de leniência.

Os pagamentos efetuados no âmbito dos acordos de leniência e de colaboração premiada, a título de ressarcimento de danos, multas de natureza indenizatória ou amortização dos valores dos débitos imputados pelo TCU contra os responsáveis colaboradores, desde que configurada a identidade dos fatos geradores e do cofre cr

Acórdão 4.62/2022 Plenário (https://pesquisa.ap completo/\*/NUMACORDAO%253A462%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%252 (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Benjamin Zymler). Boletim de Jurisprudência 392 (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codA

Licitação. Habilitação de licitante. Exigência. Regularidade trabalhista. Infração. Certidão negativa.

É irregular a exigência de certidão de infração trabalhista para habilitação em processo licitatório, uma vez que o art. 29, inciso V, da Lei 8.666/1993 considera atestada por intermédio da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (Título VII-A

Acórdão 4.70/2022 Plenário (https://pesquisa.ap completo/\*/NUMACORDAO%253A470%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%252 (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo). Boletim de Jurisprudência 392 (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=2

Licitação. Qualificação técnica. Conselho de fiscalização profissional. Pessoa jurídica. Pessoa física. CREA. Atestado de capacidade técnica.

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Cr Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profiss capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

[Acórdão](#) [470/2022](#) [Plenário](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A470%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%252  
(Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=2

Pessoal. Quintos. Requisito. Consultor legislativo. Vedação. Câmara dos Deputados.

É ilegal a concessão de quintos decorrentes da função comissionada de consultor legislativo da Câmara dos Deputados, pois denominada função é vantagem inerente ao cargo efetivo com atribuição de consultoria legislativa, não se confundindo com remuneração pelo efetivo exercício de função de confiança ou cargo em comissão.

[Acórdão](#) [1122/2022](#) [Primeira](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A1122%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=

Direito Processual. Embargos de declaração. Contradição. Acórdão. Voto. Relatório. Fundamentação.

Não configura contradição apta ao acolhimento de embargos de declaração eventual divergência entre o entendimento da unidade instrutora, transcrito no relatório, e o entendimento se combate mediante embargos é aquela resultante de incompatibilidades verificadas entre as proposições constantes do voto ou, ainda, entre a fundamentação do voto.

[Acórdão](#) [1145/2022](#) [Primeira](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A1145%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Embargos de Declaração, Relator Ministro Jorge Oliveira). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=

Pessoal. Aposentadoria. Vantagem opção. Quintos. Acumulação. Vedação. Marco temporal.

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da Lei 8.112/1990, não recebem proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VF de 193, § 2º, da Lei 8.112/1990.

[Acórdão](#) [1175/2022](#) [Primeira](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A1175%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Pensão Civil, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=

Responsabilidade. Multa. Diligência. Audiência. Desnecessidade.

A aplicação de multa por não atendimento a diligência do TCU prescinde de realização de prévia audiência quando constar na comunicação processual encaminhada para o cumprimento à diligência pode ensejar a aplicação de multa (arts. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 c/c 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU).

[Acórdão](#) [859/2022](#) [Segunda](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A859%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=

Pessoal. Quintos. Alteração. Função de confiança. Base de cálculo.

A posterior alteração da função exercida pelo servidor não implica a modificação do valor da função já incorporada como quintos. Os quintos são calculados sobre a função efetivamente exercida ao tempo da incorporação.

[Acórdão](#) [900/2022](#) [Segunda](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A900%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Aposentadoria, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=

Responsabilidade. Multa. Falecimento de responsável. Revisão de ofício. Trânsito em julgado. Espólio. Herdeiro. Débito.

O TCU pode rever de ofício acórdão condenatório para afastar multa aplicada a responsável falecido, caso o óbito tenha ocorrido após a citação válida, mas antes do trânsito em julgado, ou os sucessores, caso tenha havido a partilha, passam a responder pelo ressarcimento do dano ao erário, até o limite do patrimônio transferido.

[Acórdão](#) [906/2022](#) [Segunda](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A906%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Tomada de Contas Especial, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=

Direito Processual. Acórdão. Anulação. Nulidade. Requerimento.

A arguição de nulidade independe da interposição de recurso, podendo ser formalizada mediante petição (art. 174, do Regimento Interno do TCU).

[Acórdão](#) [939/2022](#) [Segunda](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\*/NUMACORDAO%253A939%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Embargos de Declaração, Relator Ministro Augusto Nardes). [Boletim de Jurisprudência 392](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=

Direito Processual. Citação. Validade. Endereço. Receita Federal do Brasil. Base de dados.

A utilização do endereço constante na base de dados da Receita Federal é válida para fins de citação. Compete ao responsável manter seu domicílio atualizado perante

[Acórdão](#) [532/2022](#) [Plenário](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\* /NUMACORDAO%253A532%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%252  
(Recurso de Revisão, Relator Ministro Antonio Anastasia). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCata

Licitação. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Empresa estatal. Legislação. Analogia. Sociedade de economia mista.

Embora não previsto na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), admite-se a utilização do credenciamento pelas sociedades de economia mista, mediante aplicação ana  
Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), uma vez que tais entidades, sujeitas ao mercado concorrencial, exigem instrumentos mais flexí

[Acórdão](#) [533/2022](#) [Plenário](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\* /NUMACORDAO%253A939%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTREI  
(Representação, Relator Ministro Antonio Anastasia). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCataloga

Licitação. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Princípio da isonomia. Classificação. Critério. Pontuação.

Não viola o princípio da isonomia a utilização de critérios técnicos objetivos, mediante pontuação, para definir preferência em contratações decorrentes de credenci

[Acórdão](#) [533/2022](#) [Plenário](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\* /NUMACORDAO%253A533%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%252  
(Representação, Relator Ministro Antonio Anastasia). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCataloga

Licitação. Qualificação técnica. Exigência. Limite mínimo. Capacidade técnico-profissional. Quantidade. Complexidade.

A exigência de quantitativos mínimos para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional sem a devida justificativa acerca da complexidade técnica do obj  
I, da Lei 8.666/1993.

[Acórdão](#) [548/2022](#) [Plenário](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\* /NUMACORDAO%253A533%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%252  
(Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=2

Direito Processual. Embargos de declaração. Efeito suspensivo. Prazo. Código de Processo Civil. Interrupção.

No âmbito do TCU, diferentemente da disciplina do CPC (art. 1.026), os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição dos demais recursos, não hav  
§ 2º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 287, § 3º, do Regimento Interno do TCU). As regras próprias e específicas do processo de controle externo prevalecem sobre as norma

[Acórdão](#) [556/2022](#) [Plenário](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\* /NUMACORDAO%253A556%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%252  
(Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Jorge Oliveira). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqC

Direito Processual. Tomada de contas especial. Princípio da economia processual. Princípio da racionalidade administrativa. Débito. Limite mínimo. Citação. Arquivo

A tomada de contas especial pode ser arquivada, sem julgamento de mérito, mesmo após a citação do responsável na hipótese de o valor apurado do débito se  
instauração do processo, em observância aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual.

[Acórdão](#) [1276/2022](#) [Primeira](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\* /NUMACORDAO%253A1276%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Bruno Dantas). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqC

Responsabilidade. Julgamento de contas. Irregularidade. Reiteração. Transferências voluntárias. Governança. Controle interno (Administração Pública). Processo de

A constatação de reiteradas irregularidades em transferências voluntárias, decorrentes de falhas sistêmicas nos processos de trabalho identificadas em autos de pr  
ao julgamento pela irregularidade das contas dos administradores da unidade jurisdicionada, uma vez que a governança e a implementação de controles interno  
responsabilidade da alta administração.

[Acórdão](#) [1299/2022](#) [Primeira](#) [Câmara](#) (https://pesquisa.ap  
completo/\* /NUMACORDAO%253A1299%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE  
(Prestação de Contas, Relator Ministro Benjamin Zymler). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqCata

Direito Processual. Tomada de contas especial. Princípio da economia processual. Débito. Limite mínimo. Citação. Arquivamento.

Concluindo o TCU pela existência de débito com valor diferente do originalmente apurado, em montante inferior ao limite mínimo estabelecido pelo Tribunal especial, e caso ainda não tenha havido citação válida, o processo deve ser arquivado, sem o cancelamento do débito, e a documentação pertinente restituída ao tomador que se façam necessários com relação às medidas indicadas no art. 15 da IN-TCU 71/2012.

[Acórdão](#) [1335/2022](#) [Primeira](#) [Câmara](#) ([https://pesquisa.ap.gov.br/pt-br/busca/consulta/completo/\\*?NUMACORDAO%253A1335%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE](https://pesquisa.ap.gov.br/pt-br/busca/consulta/completo/*?NUMACORDAO%253A1335%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE)) (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (<https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqC>)

Responsabilidade. SUS. Medicamento. Fornecedor. Nota fiscal. Identificação. Atestação.

Na aquisição de medicamentos, a existência de nota fiscal atestada por servidor público competente, com indicação dos números dos lotes dos produtos, é suficiente para a empresa fornecedora por ausência de entrega, uma vez que compete aos agentes públicos, e não à empresa contratada, demonstrar a entrada em estoque e a distribuição.

[Acórdão](#) [1039/2022](#) [Segunda](#) [Câmara](#) ([https://pesquisa.ap.gov.br/pt-br/busca/consulta/completo/\\*?NUMACORDAO%253A1039%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE](https://pesquisa.ap.gov.br/pt-br/busca/consulta/completo/*?NUMACORDAO%253A1039%2520ANOACORDAO%253A2022%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRE)) (Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Jorge Oliveira). [Boletim de Jurisprudência 393](#) (<https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codArqC>)

\* \* \* \* \*

## A jurisprudência nos Tribunais de Contas



<https://juristcs.irbcontas.org.br/> (<https://juristcs.tcm.ba.gov.br/>)

**Cadastre aqui** ([http://www.tce.mg.gov.br/noticia/?cod\\_secao=1ISR&tipo=2&url=CadInformativoJurisprudencia.asp&cod\\_secao\\_menu=5L](http://www.tce.mg.gov.br/noticia/?cod_secao=1ISR&tipo=2&url=CadInformativoJurisprudencia.asp&cod_secao_menu=5L)) seu e-mail para receber o Informativo de Jurisprudência do TCEMG.

Edições anteriores: [Clique aqui](http://www.tce.mg.gov.br/noticia/?cod_secao=1ISP&tipo=1&url=&cod_secao_menu=5L) ([http://www.tce.mg.gov.br/noticia/?cod\\_secao=1ISP&tipo=1&url=&cod\\_secao\\_menu=5L](http://www.tce.mg.gov.br/noticia/?cod_secao=1ISP&tipo=1&url=&cod_secao_menu=5L)) / Contate-nos em [jurisprudencia@tce.mg.gov.br](mailto:jurisprudencia@tce.mg.gov.br).



### **Responsáveis:**

André Gustavo de Oliveira Toledo

Isabelle Gordiano Rodrigues

Juliana Cristina Lopes de Freitas Campolina

Reuder Rodrigues M. de Almeida